

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS

**TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO
DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO-MT**

**CÁCERES – MT
2021**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS

**TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO
ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO-MT**

Projeto apresentado à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) na linha de pesquisa Dinâmica Espacial, submetido para aprovação na disciplina de Seminário II, ministrada pelo professor Dr. Evaldo Ferreira.

Orientador: Dr. Edevaldo Aparecido Souza

**CÁCERES – MT
2021**

RESUMO

A inserção de 96 famílias dentro de um projeto de Reforma Agrária situado no município de Novo Mundo no estado de Mato Grosso é a base das discussões para essa pesquisa. O grupo de famílias assentadas fazem parte de um processo de luta por terra a partir da formação de um acampamento sem-terra. As famílias desde a formação do acampamento, tem um acompanhamento efetivo da Comissão Pastoral da Terra que vem desenvolvendo trabalhos formativos para contribuir na organização social e produtiva. O objetivo desse trabalho tem por base investigar os processos e conflitos territoriais decorrentes do confronto entre latifundiários e camponeses para a formação do Assentamento Nova Conquista II no município de Novo Mundo-MT. Os procedimentos adotados para a pesquisa iniciarão com revisão teórica bibliográfica para contribuir com dados qualitativos e quantitativos, abordando a questão agrária, social e econômica do município e do grupo das famílias assentadas. Além disso, será necessário abordar conceitos como o território, os conflitos agrários e uma análise da Reforma Agrária enquanto política social para os assentamentos. O trabalho de campo contará com aplicação de questionário para as famílias assentadas e entrevista com agentes pastorais. Serão elaborados gráficos, tabelas e mapas para contribuir na leitura. Essa pesquisa sobressai de acordo com os questionamentos de como essas famílias, através dos processos sociais consolidaram o assentamento e como estão conseguindo se estruturar para permanecer na terra. Os resultados esperados é uma análise sobre uma área que está na fronteira do desenvolvimento agrícola sobre o bioma amazônico, tendo como realidade a dinâmica do latifúndio sobre as terras públicas que produz desigualdades do acesso à terra e como as políticas de Reforma Agrária são colocadas em prática.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Território. Conflitos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS DA PESQUISA	7
2.1 Objetivo Geral:	7
2.2 Objetivos específicos:	7
3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	8
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
4.1 O espaço geográfico como categoria base para a materialização do conceito territorial	9
4.2 Território: um conceito chave para as relações de poder no espaço	12
4.3 Questão agrária no Brasil e suas estruturas.....	15
4.3.1 A Reforma Agrária	18
4.3.2 Conflitos agrários no campo.....	20
4.4 A área de estudo localizada no território do Portal da Amazônia	23
4.4.1 A atuação da Comissão Pastoral da Terra.....	27
5. METODOLOGIA	29
5.1 Levantamentos bibliográficos e documentais	30
5.2 Trabalho de campo e sistematização dos dados.....	32
6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	35
7. RESULTADOS ESPERADOS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
APÊNDICE 1	40
APÊNDICE 2	41

1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância debruçar-se sobre a dinâmica dos assentamentos rurais. A construção do assentamento rural Nova Conquista II no município de Novo Mundo é fruto de um processo antagônico modelo econômico agrícola da concentração fundiária no campo. Sua organização iniciou-se com acampamento sem-terra que reivindicou a desocupação de uma fazenda denominada União Recanto sobre uma área devoluta da União.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) contribui com o grupo assentado desde quando as famílias eram acampadas e a mesma vem desenvolvendo trabalhos para a sua organização, assim como articular com outras entidades possibilidades de desenvolvimento da comunidade.

Esse trabalho tem como área de estudo os processos de organização das famílias acampadas sem-terra para a formação do assentamento Nova Conquista II que tem como parceria Comissão Pastoral da Terra (CPT) que contribui em sua organização social e produtiva alinhada com a sua missão: “conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável” (CPT, 2010, p.1).

A luta pela terra é uma ferramenta social que se apoia nos respaldos jurídicos da Reforma Agrária. Os movimentos sociais ou organizações autônomas buscam alcançar esse desejo para pressionar o Estado em promover uma redistribuição de terras.

A realidade das famílias que hoje estão assentadas em Nova Conquista II, passaram por diferentes formas de violência e conflitos. Esses conflitos foram gerados a partir das contradições existentes pela reivindicação da terra entre latifundiários e sem-terras.

A questão agrária do Brasil dentro da Geografia, necessita de uma análise sobre sua estrutura fundiária ligada ao desenvolvimento capitalista, pois requer aprofundamento das relações entre o meio e a sociedade. Portanto, o debate sobre as formas de ocupação do espaço agrário brasileiro, destacam-se dois sujeitos sociais: o latifundiário e o pequeno proprietário ou sem-terra.

O objetivo desse trabalho, deve buscar investigar os processos e conflitos territoriais decorrentes do confronto entre latifundiários e camponeses para a

formação do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo, Mato Grosso. O processo de criação do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo-MT, foi possível através da desapropriação de área da União que foi, de acordo com a AGU (2017), reivindicada para fins de Reforma Agrária.

Os objetivos específicos para diagnosticar as formas de organização socioespacial do assentamento rural e do processo de territorialização para o uso da terra, o conceito de território enquanto construção teórico-metodológica torna-se essencial para mostrar as condições de desapropriação e apropriação do espaço e dos recursos disponíveis nele.

Raffestin (1993) aborda o território como meio meio da relação de produção e reprodução do poder. Para o autor, o território é o resultado das ações de poder e apropriação do espaço.

Os territórios apresentam relações que estruturam um modelo social e normas de acordo com os interesses das classes dominantes. O interesse é de apresentar uma relação entre o modelo econômico capitalista que territorializa-se no campo e que mantém uma estrutura fundiária concentrada em poucas propriedades, especificamente no local de estudo.

O extremo norte mato-grossense tem uma ocupação territorial recente e que, carecem de estudos para compreender os fenômenos mediante ao avanço econômico do capital, ocorrido durante os governos militares, que se inicia em 1964, até os dias atuais, fomentando a migração de massas de trabalhadores sobre a fronteira agrícola do estado, sobretudo no bioma amazônico (SOUZA, 2008).

Com isso, um dos objetivos específicos do trabalho, é compreender essa dinâmica capitalista, além das contradições do modelo econômico do agronegócio que está presente no extremo norte de Mato Grosso.

Assim, a realidade do território de planejamento do Portal da Amazônia com seus 16 municípios (Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte) localizados ao extremo norte de Mato Grosso está inserido dentro desse modelo econômico de agricultura e ocupação.

Esses fenômenos sociais e econômicos, necessita-se, *a priori*, reconhecer que o território é palco das relações de conflitos socioespaciais para apropriação dos recursos. Como consequência, a classe trabalhadora mais pobre, como enfatiza Souza (2008), foi excluída do acesso à terra e à renda, gerando formas coercitivas de violência pela posse e uso da terra.

A Reforma Agrária, enquanto política pública, é uma ferramenta para contornar as dificuldades das famílias do campo, sendo, pequenos proprietários e sem-terra. Essa política será aqui definida, de acordo com Oliveira (2007), como um conjunto de ações por parte do Estado em redistribuir a terra democraticamente com subsídios para permanência das comunidades no campo.

Diante do exposto, as bases conceituais e estruturantes do território recairão sobre a tipologia de violência e conflitos no campo como um processo de territorialização e desterritorialização das comunidades e do modo capitalista no campo com estrutura latifundiária.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 Objetivo Geral:

Investigar os processos e conflitos territoriais decorrentes do confronto entre latifundiários e camponeses para a formação do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo, Mato Grosso.

2.2 Objetivos específicos:

- I. Compreender o processo histórico de formação e ocupação do espaço geográfico no extremo norte do estado de Mato Grosso dentro da dinâmica capitalista.
- II. Analisar as contradições do agronegócio como impulsionador da economia de Mato Grosso, que provoca a exclusão da população do meio rural a partir de diferentes tipologias de conflitos.

- III. Diagnosticar os métodos de organização socioespacial dos camponeses no assentamento Nova Conquista II na busca da fixação das famílias no campo pela Reforma Agrária.
- IV. Entender o processo de territorialização para o uso da terra no Assentamento Nova Conquista II que vem sendo acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Ao norte do estado de Mato Grosso, o modelo de produção do agronegócio é o principal impulsionador da economia e recebeu projetos de colonização, tanto de iniciativas privadas como públicas, realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O predomínio da colonização de iniciativa privada, evidenciada e sustentada pelos grandes incentivos fiscais através de autarquias públicas, fez emergir a atratividade de grupos estrangeiros e nacionais para apropriar-se das terras norte mato-grossenses.

É importante refletir sobre a organização popular como frente antagônica ao modelo que remete as seguintes questões: como as populações sem-terras se organizam frente ao aparato jurídico e empresarial do agronegócio para acessar as terras públicas que estão nas mãos de latifundiários e como se organizam e consolidam a formação dos assentamentos rurais?

Abordar a estrutura fundiária do campo é fundamental para entender os interesses sociais, assim como, o modelo econômico que impacta diretamente as relações da sociedade. Coloca-se em debate a importância da Reforma Agrária para a redução dos conflitos e da desigualdade social.

Contudo, vê-se a necessidade de uma produção científica constatando a realidade econômica e social de sem-terras para uma conversão da conquista da terra no assentamento Nova Conquista II no extremo norte do estado de Mato Grosso.

É notório que não há número relevante de pesquisadores que abordam a concepção do espaço geográfico e territorial da dinâmica capitalista e as resistências do campesinato na localidade, tanto pela estruturação da colonização recente, quanto da carência de materiais elaborados.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O espaço geográfico como categoria base para a materialização do conceito territorial

Cabe aqui ressaltar que a categoria a ser abordada na pesquisa será o território, porém, é preciso inicialmente compreender que o espaço é o lócus da reprodução social, ou seja, uma base estruturante para compreender os diferentes processos territoriais. Pois espaço como a estruturação dessas relações com o ambiente, recai sobre as premissas de domínio e apropriação.

O espaço geográfico é o objeto de estudo na Geografia e que se desdobra em categorias geográficas como o território (CORRÊA, 2003). Descrever o espaço é fundamental, principalmente por ser um conceito dinâmico e que são interpretados e reinterpretados ao longo dos períodos históricos de desenvolvimento das escolas geográficas pelas correntes de pensamentos.

O espaço não se dissocia do movimento dinâmico da sociedade. Diante disso, Corrêa (2003) discute que:

A formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 2003, p. 26).

Santos (2006) contribui dizendo que o espaço se estabelece diante de um conjunto inter-relacionado de sistemas de ações e de sistemas de objetos, onde o modelo produtivo vigente capitalista se estabelece através de suas lógicas e mecanismos de produção e reprodução capitalista da sociedade. As técnicas desenvolvidas pela sociedade são importantes fatores que contribuem com os “novos conflitos” e uma consequente apropriação da natureza.

O mesmo autor enfatiza que “no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam,

também, a ser objetos”. Ainda nesse debate, o mesmo autor conclui que “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais”. (SANTOS, 2006, p 43).

As intencionalidades da sociedade na transformação do espaço, atualmente é inerente ao processo produtivo dominante, uma vez que os objetos e ações definem a produção e sua reprodução para a acumulação capitalista e “essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (SANTOS, 2006, p. 58).

Pode-se assim dizer que o espaço é a materialização das relações sociais, uma vez que identificamos as múltiplas formas de apropriação e transformação do mesmo. Destaca-se aqui o modelo de produção capitalista que o transforma e reproduz de acordo com suas necessidades em manter o ordenamento e a acumulação do capital.

Quando se fala do modo de produção capitalista em apropriar-se do espaço, deve-se entender como um sistema criado a partir de lutas sociais, saindo do antigo sistema feudal, para o sistema capitalista com a ascensão da classe comerciante burguesa. Desta forma, “trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica”. (NETTO, BRAZ, 2010, p. 75).

Netto e Braz (2010) afirmam que a crise do feudalismo permitiu o surgimento de novas formas das relações sociais, onde teve como ponto principal adotar formas de domínio da produção de mercadorias estruturado em um Estado Moderno que seria apropriado pela classe dominante capitalista.

O espaço, nesse sentido, se reestrutura para atender as necessidades socioeconômicas do modo de produção capitalista. Com isso, os aparatos técnicos e científicos aceleram a reestruturação do espaço geográfico. O capitalismo, nesse caso, necessita sempre expandir e necessariamente buscar a acumulação de mercadorias e, conseqüentemente, de capitais. Santos (2006, p. 159) afirma que “essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado” e a natureza está subordinada à essa lógica.

Santos (2006, p. 160) destaca que “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”.

Desse modo, o uso da informação para a configuração do espaço geográfico é essencial para a manutenção do capitalismo se consolidar em seus arranjos produtivos à nível mundial. Desta maneira, o autor conclui afirmando que “a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas”. (SANTOS, 2006, p. 160).

As diferentes técnicas produtivas e avançadas em consonância com o desenvolvimento científico e juntamente com o processo da expansão das informações, atendem as necessidades econômicas, políticas e culturais dos sujeitos da classe hegemônica capitalista, surgindo assim, o espaço técnico-científico-informacional, aludido por Santos (2006) que organiza as relações socioespaciais contemporâneas.

Com o avanço do modelo de produção capitalista na resignificação do espaço dentro da lógica de acumulação de capital, surge, a partir dos conflitos de interesses entre sujeitos sociais, os espaços de resistências divergentes, já que boa parte da sociedade não usufrui dos benefícios produzidos por esse sistema. Desta maneira, “essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica” (CASTRO, 2005, p. 41).

O espaço geográfico também é lócus das contradições que promovem as desigualdades socioeconômicas que permitem um forte contraste da localidade em que há espaços que concentram a técnica, a ciência e a informação. Nas discussões de Santos (2006) verifica que territórios desprovidos das benfeitorias do capital são chamados de opacos, já os luminosos são aqueles que detêm o poder hegemônico de produção capitalista, onde nas forças políticas e econômicas um ganha e o outro perde.

Diante desse cenário de desigualdade dos espaços, os sujeitos que vivenciam essas contradições criam movimentos de resistências ao modelo de produção dominante, que por sua vez esse modo produtivo impõe a sua ordem, por intermédio

do uso do Estado. Essa análise pode ser exposta na leitura de Castro (2006, p. 139) que descreve o espaço geográfico como “intrinsecamente político, ou seja, ele é arena de conflitos, consequentemente de normas para a regulação que permite o seu controle”.

Outra possibilidade de leitura desta categoria de análise, destaca Corrêa (2003), é que o espaço geográfico como lugar das identidades e relações sociais, que através das práticas sociais com o meio, resultam em ações que alteram ou mantêm os arranjos espaciais, e que por ventura, essas localidades sofrem uma diferenciação seguindo seus padrões culturais e suas técnicas de organização entre espaços valorizados ou não.

4.2 Território: um conceito chave para as relações de poder no espaço

As relações no espaço geográfico são mediadas pelas relações de poder de grupos sociais que são criadas a partir do domínio e apropriação, onde o papel e o nível da organização social têm seu impacto muito importante. De acordo com Arendt (1985), pensando o poder como uma habilidade humana, afirma que:

o poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. (ARENDR, 1985, p. 24).

Conforme a autora o poder exercido pelas sociedades pode aparecer ou desaparecer de acordo com seus processos históricos, assim como os domínios territoriais, que tem essa ferramenta como um conceito emblemático para definir o que de fato é um território.

Para contribuir nesse raciocínio sobre a relação do poder, Raffestin (1993) afirma ser uma associação conjunta de informação e energia, sendo a primeira representada por todas as formas de comunicação e de conhecimento que se integra na transformação da matéria, a segunda é a força que transforma e concentra toda forma de matéria e que participa de um fluxo. Um exemplo claro que o autor utiliza é: “trocar carvão ou petróleo contra ferro ou trigo é trocar fluxos de energia sob formas diferentes”. (RAFFESTIN, 1993, p. 43).

A informação e a energia fazem parte das relações de poder, podendo afirmar que “que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional (RAFFESTIN, 1993, p. 55).

O poder, contudo, pode estar representado nas diferentes formas de relações e organização social e que é necessário, antes de tudo, espacializá-lo sobre a matéria física e sobre a informação que também tem uma conotação espacial. Além disso, há intensidades em processos históricos diferentes sobre a aplicação no poder, podendo ser assim aplicado por um Estado ou uma empresa, resultando em ações conflituosas ou não.

Nesse sentido, o poder “se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFFESTIN, 1993, p. 53) e que “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. (RAFFESTIN, 1993, p. 55).

Diante disso, pode-se dizer que as relações sociais, juntamente com suas diferentes formas de poder coercitivas ou não, resultam na materialização de um território, pois segundo Raffestin (1993) a base desse poder é da própria população, pois o território, além de conter os recursos disponíveis para o desenvolvimento humano “é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

O conhecimento, por sua vez, para ser analisado dentro do discurso do poder, como apropriação de um instrumento fundamental para o controle da sociedade ou de um território. Moreira (2007) expõe o conhecimento na sociedade contemporânea institucionalizada, principalmente com o desenvolvimento da ciência moderna como uma ferramenta de poder, já que o mesmo é apropriado para a reprodução do sistema econômico vigente. Desta maneira, o mesmo autor conclui manifestando que “a apropriação do conhecimento se torna, nessas sociedades, um elemento-chave de sua dinâmica econômica, social e cultural”. (MOREIRA, 2007, p. 31).

Para compreender o que seria um território deve-se entender alguns conceitos, citados acima, como a energia, o poder, a informação e a matéria. Com isso sobressai um conceito muito importante sobre o que é território nas palavras de

Raffestin (2006, p. 143-144) onde explicita ser “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

O território é a representação das ações humanas e, conseqüentemente, as suas representações culturais, econômicas e sociais. Nesse sentido, outro autor que retrata bem o conceito territorial na lógica de apropriação e domínio espacial é Saquet (2010), que o analisa como um conjunto de forças e relações cotidianas, envolvendo aspectos econômicos, políticos e culturais, além da apropriação com a natureza material, inclusive podendo referir-se as estruturas imateriais que moldam o território. O mesmo autor afirma também que a formação de território se dá por um processo de organização política em relações de poder e/ou conflitos.

Santos, Souza e Silveira (1998) definem o território como um conjunto de técnicas e objetos para a apropriação dos recursos dispostos no espaço, transformando o meio, segundo as intenções da sociedade nos aspectos sociais, econômicos e principalmente políticos, que submete a um domínio espacial, sendo este, organizado a partir de diferentes escalas (do local ao global).

As escalas são fundamentais para estabelecer os poderes fundamentais das sociedades sobre o espaço, de alcance global como das empresas internacionais, na formação territorial de um Estado nacional ou até mesmo localidades pequenas, como as comunidades rurais. Para a formação de uma base territorial são necessárias ações que o consolidem, e essas ações são denominadas de territorialização.

A territorialização por sua vez, está presente nas falas de Haesbaert (2004):

Significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

As contradições, dentro do território devem ser analisadas, uma vez que permite a reestruturação ou manutenção política e social e das normas reguladoras do espaço. Por exemplo, essa contradição pode ser verificada na expropriação das populações de seus territórios diante dos interesses de quem detêm o poder. Haesbaert (2006) define que a desterritorialização “antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação

dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Os territórios também são capazes de se articular por sistemas de redes, interligando localidades com outras para manter um fluxo de informações e energia. As localizações territoriais são estratégicas para o atual modelo econômico, visto que Santos (2006), destaca que esses territórios estão ligados a divisão do trabalho, uma vez que permite desenvolver tecnologicamente localizações seletivas, sendo este, estratégico na distribuição ou concentração espacial dos investimentos financeiros e tecnológicos para obter maior extração das potencialidades territoriais.

As interrelações entre territórios no mundo capitalista tendem a reestruturar os espaços produtivos, demandando recursos e mão-de-obra, definindo a divisão territorial do trabalho, o que impacta diretamente no desenvolvimento tecnológico precário ou concentrado nos espaços que não são homogêneos. Que por sua vez, esses territórios sofrem desigualdades socioeconômicas entre as populações.

4.3 Questão agrária no Brasil e suas estruturas

Para iniciar esse debate, deve-se atentar aos processos históricos sociais que reestruturou o modelo agrário brasileiro e estudar essas ações, em relação à territorialização do capitalismo no campo brasileiro, uma vez que mostra as contradições impostas pelo modelo de produção agrário.

A apropriação histórica do espaço agrário por famílias oligárquicas remonta a formação da estrutura social do Brasil a qual Fernandes (2006) chamará de uma burguesia que se subordina ao capital internacional (grandes conglomerados internacionais dos países desenvolvidos), além dizer que o seu desenvolvimento tem característica de “permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas” (FERNANDES, 2006, p.223).

Outra contribuição pertinente sobre a estrutura agrária no Brasil está nos textos de Pereira (2018), onde expõe que “a formação histórica brasileira demonstra que as atividades agrícolas sempre foram importantes para a economia do território, tendo como base ainda hoje a agricultura e a pecuária”.

Além disso, a autora discute que “apesar da terra ser uma grande fonte de

riqueza no país, a convivência dos trabalhadores rurais com a pobreza se estende no decorrer da história, reclamando soluções por parte do Estado”. (PEREIRA, 2018, p. 3).

Sob uma visão materialista, histórica e dialética, a estrutura política agrária brasileira corresponde a uma “acumulação primitiva” da terra que permeia um modelo clássico da concentração fundiária, a partir da apropriação exclusiva (monopólio da terra) para substituir as variedades de lavouras, por monoculturas e designar grandes massas populacionais, excluídas do acesso à terra, para os centros urbanos como mão de obra para o sistema capitalista (ARRUDA, 2012).

Pode-se dizer que a produção econômica estreitamente ligada com a concentração de terras, faz com que haja uma idealização territorial do campo brasileiro. O Estado atua como regulador desses processos fundiários, já que o mesmo, tem função de administrar politicamente o território nacional.

Sobre a estruturação do Estado Moderno dentro do capitalismo e como ele afeta integralmente o contexto social, Castro (2005) assegura:

Composta por um corpo qualificado de funcionários, a estrutura desse Estado respaldou a criação de uma rede conectiva, única e unitária, que modelou a estrutura organizativa formal da vida associada, transformando-se em autêntico aparelho de gestão do poder sobre a sociedade e sobre o território (CASTRO, 2005, p. 126).

Desta maneira pode-se analisar que o Estado Moderno é o regulador do controle territorial e da economia, podendo criar mecanismos para uma estruturação agrária nacional de acordo com os interesses da classe agrária dominante.

Para compreender essa combinação do Estado moderno com o modelo agrícola verifica-se, na exposição Santana (2018), que nas “[...] políticas agrárias no Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem sido o principal representante do Estado nas respostas dadas às necessidades dessa economia financeirizada, transnacional do agronegócio” (SANTANA, 2018, p. 05). A mesma autora ainda sustenta que grandes volumes de capital de fundos públicos são destinados à “reprodução do capital”.

Oliveira (2007, p. 147) corrobora que “o monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio”. Entende-se como agronegócio, um amplo modelo capitalista de

produção de matérias primas, implantado como estratégia política do território para atender o mercado externo. Para o autor, o agronegócio representa a modernização e o desenvolvimento que ocorre no campo mediante ao implemento da produção de equipamentos e insumos modernos, “que permite aos latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 09).

As problemáticas históricas da concentração de terras, consolida uma estrutura fundamental no campo brasileiro para atender a concentração da renda capitalista da terra. Contudo, a terra passa a ser uma mercadoria dentro desse modo produção.

A apropriação privada da terra, demonstra poder e economia para as classes sociais dominantes, uma vez que em números os latifúndios com mais de 15 módulos fiscais¹, segundo Santos e Glass (2018), somam mais de 2,3 milhões de km² dentro do território nacional, com mais de 60 mil propriedades consideradas improdutivas. Diante do exposto, Oliveira (2007) assegura que:

as relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Segundo o mesmo autor, a terra se torna uma mercadoria quando gera capital sobre ela, ou seja, lucro para a classe capitalista, pois “permite a quem dela se apropria o direito de cobrar de toda sociedade um tributo, a renda capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 38).

Os dados dos Censos Agropecuários do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE (2018) permite diagnosticar essa concentração de terras. A tabela 1 revela que em 2017 as terras dos latifúndios acima de 1.000 hectares ocupam uma extensa faixa de 47,7 % (aumento de quase 3% comparado à 1996) das terras agricultáveis do Brasil e representam apenas 1 % dos estabelecimentos rurais. Por outro lado, as pequenas propriedades abaixo de 100 hectares possuem 89,1 % das propriedades e ocupam uma pequena faixa de 20.5 % (aumento de apenas 0,6%) das

¹ É uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 25. out. 2021.

terras produtivas.

TABELA 1 – área total e tamanho dos estabelecimentos rurais no Brasil 1996-2017

Ano	Área total de menos 1 até 100 hectares	Área total acima de 1000 hectares	Total em área (100%)	Nº de estabelecimentos com menos 1 até 100 ha.	Nº de estabelecimentos acima de 1000 ha.	Total de estabelecimentos (100%)
1996	70.575.779 (19,9%)	159.493.949 (45,1%)	353.611.246	4.318.861 (88,8%)	49.358 (1%)	4.859.865
2006	66.207.863 (19,8%)	150.143.096 (45%)	333.680.037	4.448.651 (85,9%)	47.578 (0,9%)	5.175.636
2017	71.772.459 (20,5%)	167.227.511 (47,7%)	350.253.329	4.522.577 (89,1%)	51.203 (1%)	5.072.152

Fonte: IBGE (2012, 2018) Censos Agropecuários de 1995/6, 2006 e 2017. Organizado pelo autor.

Outro resultado importante dos dados de ocupação das terras brasileiras pelo IBGE (2018), revela que as áreas para lavouras temporárias em 2017, aumentaram cerca de 14% com relação ao ano de 2006, um aumento de 48,9 milhões de hectares para 55,7 milhões. A produção de grãos da soja, se destaca com mais de 104 milhões de toneladas, o que resulta na maior pressão do uso das terras para atender as demandas do mercado capitalista internacional.

A mercantilização da terra, juntamente com a exclusão social no espaço rural, com os diferentes aparatos de transformação tecnológica empregada nos solos, faz com que o capital se territorializa com mais intensidade. Com isso, Moreira (2007, p. 49) contribui enfatizando que “no sentido capitalista, podemos dizer que a imobilização de capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização do capital, algo não estranho ao capitalismo, mas próprio dele”.

4.3.1 A Reforma Agrária

A Reforma Agrária enquanto política de redistribuição de terras e da adoção de políticas agrárias para haver melhorias no quadro das populações, se coloca como um desafio diante do processo de desenvolvimento econômico do país, já que o mesmo, mantém suas estruturas fundiárias com latifúndios. Cabe, entretanto, as forças e organizações populares reivindicar ao Estado o direito pela justa redistribuição da terra e consequentemente da renda que ela produz para reduzir as desigualdades sociais.

Historicamente, no mundo, a Reforma Agrária foi uma proposta para democratizar o acesso à terra e que passou a adquirir diferentes significados, como o direito de uso e atualmente o direito de propriedade da terra (STEDILE, 2020).

Existem vários modelos de Reforma Agrária que foram, ou são utilizadas, ao longo do processo histórico fundiário no campo, em nível mundial. Um exemplo é o modelo *radical*, baseado nas redistribuições de terras através de mobilizações populares do campo sem aparato jurídico. Já no modelo *moderado ou parcial*, é realizada uma redistribuição parcial, sem romper com as estruturas fundiárias do país, como medidas para amenizar os conflitos sociais (STEDILE, 2020).

O modelo de política de Reforma Agrária no Brasil para a promoção de ações em redistribuir as terras públicas da União, está presente na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017), regulamentado pelos dispositivos institucionais da Lei nº 8.629 de 1993, com destinação de áreas para estes fins.

O Artigo 2º da Lei nº 8.629 de 1993 que regulamenta a Reforma Agrária da Constituição Federal reza que: “a propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais” e em seu inciso 1º, estabelece que é de responsabilidade da União fazer a desapropriação, já no Artigo 13, que “as terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária”. (BRASIL, 1993).

A respeito da política de Reforma Agrária no país Stedile (2020) enfatiza que ela é “caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso” (STEDILE, 2020, p. 15).

Para Oliveira (2007) a Reforma Agrária é um conjunto de políticas sociais que não se limita apenas a redistribuição das terras devolutas e improdutivas, mas também a política de melhoria de vida e qualidade técnica dos meios produtivos dos pequenos proprietários de terra, com subsídios de créditos e incentivos para que as famílias tenham condições de permanecer no campo.

Frente ao modelo de produção no campo brasileiro, que concentra renda e terra, surgem grupos e movimentos sociais para travar uma luta social, política e jurídica de acesso à terra no país. No entanto, essas práticas de redistribuição de terras não agrada a classe capitalista latifundiária, que quer manter seu poder através

da concentração das terras.

Diante do exposto, Barbosa (2015, p. 147) contribui ao afirmar que “o movimento que impulsiona a agenda política destes movimentos expressa as assimetrias históricas de uma formação sociocultural e de um projeto de desenvolvimento econômico sumamente excludente”.

Os conflitos de interesses entre as classes sociais, dificulta o processo de consolidação da Reforma Agrária, mesmo sendo um modelo para tentar mitigar os movimentos contraditórios. As manifestações sociais acabam reconfigurando como disputas pelo espaço do campo e pressionam o Estado a realizar as funções políticas. Conforme Stedile (2020):

O principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (STEDILE, 2020, p. 15).

Dentro da estrutura do Estado Moderno, estão os representantes da classe social dominante e permitem dominar as ferramentas da estrutura para obter um “controle sobre o território e seus conteúdos – pessoas e bens” e que essa classe crie mecanismos para legitimar e “extrair excedentes suficientes para manter uma classe não produtiva” (CASTRO, 2005, p. 124-125).

Uma informação muito importante são os dados apresentados pelo Senado Federal (BRASIL, 2021), destaca a diminuição da força do Estado para consolidar a Reforma Agrária no país. Pode-se verificar a redução da criação de assentamentos rurais no Brasil que, em 2005, o número de projetos de assentamentos homologados foram um total de 869, e ao longo dos anos subsequentes, esses valores foram sendo reduzidos, chegando a 80 projetos realizados em 2018. Em 2019 e 2020 foram assentadas somente 9,2 mil pessoas.

4.3.2 Conflitos agrários no campo

A extração da renda capitalista da terra, proporciona o aumento dos valores da terra devido a sua monopolização e de sua tecnologia empregada. Para confirmar essa discussão, Moreira (2007) expõe que “a territorialização do capital expressa um processo de valorização frente a outras formas de capital, em especial frente ao capital

industrial, mas também frente aos não proprietários, isto é, os trabalhadores sem terra”. (MOREIRA, 2007, p. 50).

Além dessa problemática, o aumento dos custos produtivos ligados aos mercados internacionais e empresariais dos setores do agronegócio que buscam lucros, dificultam ainda mais a renda das pequenas propriedades que, por conta das limitações de área e de técnica, afetam a sobrevivência no campo das famílias proprietárias e não-proprietárias (MOREIRA, 2007). Para Santos e Glass (2018):

O estoque de terras públicas sem destinação – que ainda compõem 10,9% da superfície agrícola no Brasil, concentradas especialmente na Região Norte – estimulou a prática da grilagem, a falsificação de títulos de propriedade com fins de apropriação irregular. (SANTOS e GLASS, 2018, p. 14).

A desigualdade do acesso à terra no Brasil, potencializa os conflitos agrários e se materializa sobre o espaço, com maior ou menor concentração das resistências populares que coexistem como movimento dialético e contraditório ao modelo capitalista do campo no Brasil.

Devido à não eficiência de uma política de Reforma Agrária no país e de uma estrutura fundiária rural excludente, movimentos sociais do campo surgem com objetivo de defender o direito pelo uso e apropriação da terra. Barbosa (2015, p. 148) assevera que “a ausência histórica de um projeto político para o campo brasileiro, tem sido terreno fértil para a emergência de importantes movimentos sociais [...]”.

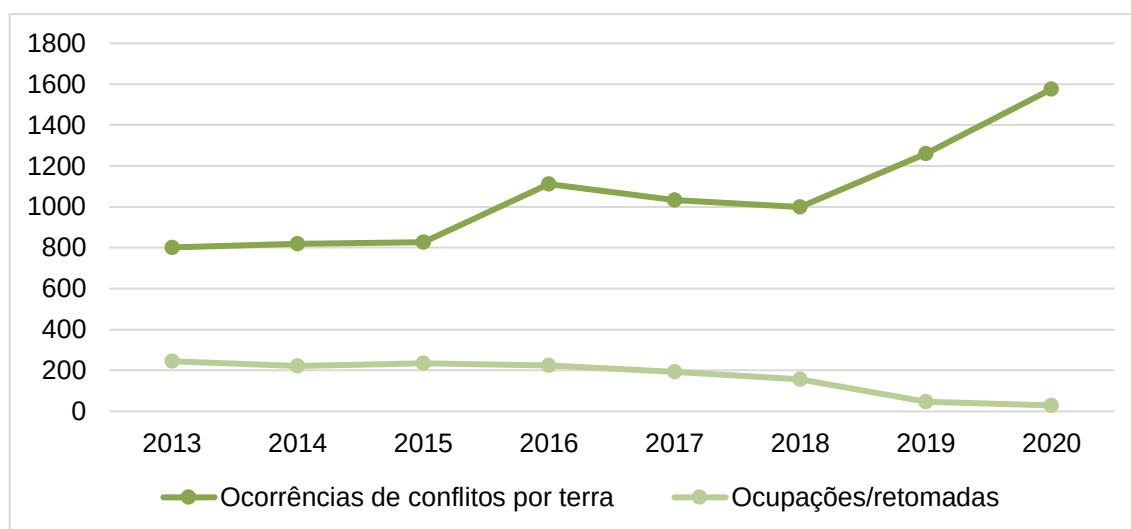
Essa disputa pela terra entre diferentes sujeitos sociais – latifundiários, pequenos proprietários e não proprietários – faz com que surjam processos de territorialização e desterritorialização no campo. Nesse sentido, o uso da violência e o surgimento de conflito, se torna corriqueiro no campo brasileiro. Os conflitos agrários por terra, nesse caso, serão conceituados como:

Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra. (CPT, 2021, p. 13).

Anualmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021) realiza o lançamento de registros através de livros com panorama dos conflitos agrários anualmente. Para propor uma análise sobre esse processo, basta observar o gráfico 1 que representa a ordem crescente, desde o ano de 2013, no qual o número de ocorrências de conflitos por terra no país até o ano de 2020 vem aumentando em relação aos anos anteriores.

Observa-se que o gráfico 01 apresenta, em 2013, com referência às ocorrências de conflitos obteve um total de 802 ocorrências e em 2020 esse número saltou para 1576. De 2019 para 2020 esse valor aumentou 25%.

GRÁFICO 1 – comparação dos conflitos no campo do Brasil 2013 – 2020.



Fonte: Caderno de conflitos no campo do Brasil, CPT (2021). Elaborado pelo autor.

O número de ocupações e retomadas, o valor vem diminuindo ao longo dos anos, especialmente por conta da não efetivação de políticas agrárias de redistribuição de terras e das constantes ordens de despejo por parte dos órgãos públicos judiciários, conforme consta nos dados da CPT (2021).

Um dos aspectos que predomina como violência e conflito no campo, são as invasões e grilagens de terras por fazendeiros, garimpeiros, entre outros que tem como alvo as famílias posseiras, assentadas, indígenas, quilombolas e outras populações que são consideradas do campo. (CPT, 2021).

Do mesmo modo, Santos e Glass (2018, p. 46) afirmam que “a ofensiva do setor ruralista – muitas vezes com respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário – tanto sobre os territórios quanto sobre as legislações socioambientais tem recrudescido na última década no Brasil”.

No que tange aos acampamentos sem-terra e seus sujeitos sociais, apresenta como uma contradição do atual modelo econômico do campo no Brasil que privilegia a manutenção dos latifúndios e são formados para que haja uma pressão, tanto pelos ocupantes ou grileiros dos latifúndios, quanto por parte do Estado para que haja uma efetiva Reforma Agrária e uma redução das desigualdades sociais.

Netto e Braz (2010) discutem que esse modelo econômico excludente, segue sua lógica de acumulação e de desapropriação daqueles que não são donos dos meios produtivos do capital, tendo apenas sua força de trabalho como condição de troca por dinheiro, o que pode ser chamado de mão de obra excedente.

As discussões territoriais se afirmam nessa discussão quando o espaço se torna palco das lutas sociais no campo. Com isso, Filho (2019, p. 255) afirma que “a luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra sua reprodução ampliada e a sua manutenção de poder”.

4.4 A área de estudo localizada no território do Portal da Amazônia

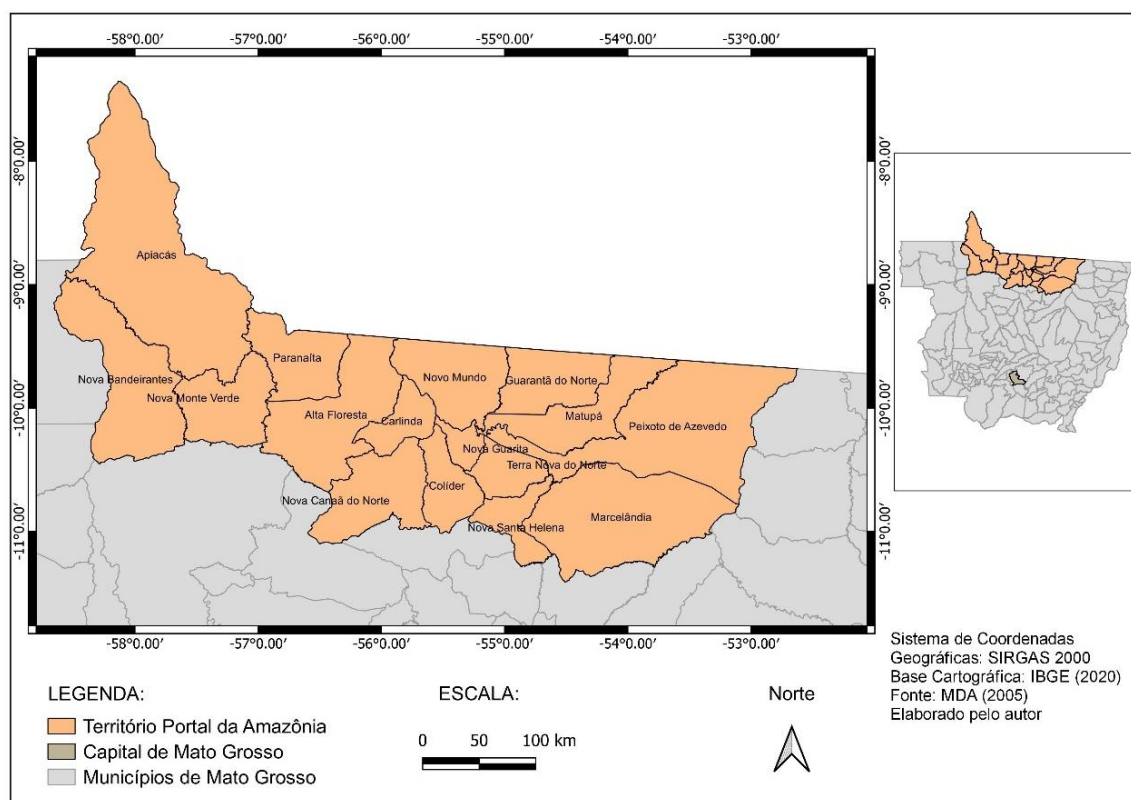
O território no extremo norte do estado é contextualizado dentro de uma colonização recente, planejada pelo Governo Federal a partir da década de 1960. Diante disso, os projetos de colonização, priorizou a concentração privada da terra com grandes incentivos fiscais, servindo de atrativo para os conglomerados empresariais, nacionais e internacionais, se apropriarem da terra, da renda e da especulação (PICOLI, 2006; SOUZA, 2008).

Picoli (2006) afirma que os programas governamentais resultaram na implantação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e Banco da Amazônia S.A. (BASA), substanciais para a estruturação de latifúndios para o capital privado ao norte do estado mato-grossense.

Moreno (2007) corrobora ao apresentar que nessa região também seguiu um velho modelo de *burla* para legalizar e legitimar a apropriação e grilagens de grandes extensões de terras devolutas pelas elites ruralistas.

O território aqui abordado, será classificada dentro da divisão de planejamento do estado de Mato Grosso, denominada Território Portal da Amazônia, “[...] localizada no extremo norte do estado de Mato Grosso, fazendo divisa com o território do Baixo Araguaia pelo Leste, com os municípios da região Noroeste do Mato Grosso e com o estado do Pará ao Norte” (BRASIL, 2005, p. 7).

MAPA 1 – localização dos municípios pertencentes ao Território Portal da Amazônia.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, BRASIL (2005). Elaborado pelo autor.

Conforme o mapa 1, no Território Portal da Amazônia, além de Novo Mundo, é composto por mais quinze municípios que tem seu desenvolvimento econômico-social e modelo de colonização semelhantes por estarem localizados em uma área de ocupação planejada recente. (BRASIL, 2005).

Esse território de planejamentos não está alheio aos processos das atividades econômicas e sociais que envolve a relação da questão agrária do estado. Moreno (2007) enfatiza que este é:

Caracterizado pela conquista, ocupação e disputa do território. Materializada através de um complexo jogo de forças políticas, à feitura da legislação

fundiária e a forma de sua aplicação resultarão sempre de definições e pretensões das elites dominantes que dominaram este processo. (MORENO, 2007, p. 33).

A ocupação territorial recente da região localizada ao norte do estado fomentou a migração de massas de trabalhadores sobre a fronteira agrícola amazônica, oriundas principalmente das regiões brasileira Sul e Sudeste, através de um discurso ideológico de desbravamento (SOUZA, 2008).

Outro fato marcante foi a inserção de migração populacional devido as atividades auríferas garimpeiras que se expandiram com o deslocamento de nordestinos para a região (BRASIL, 2005).

Picoli discute que:

A região amazônica foi usada pelas esferas econômica, militar e política, transformando-se em área de livre movimento dos projetos econômicos com o objetivo de acumular riqueza, bem como atingir o mercado mundial através da produção. Neste sentido, a expansão capitalista teve como finalidade expandir seus interesses globais para atender o mercado internacional. (PICOLI, 2006, p. 51).

Observa-se, pelos dados do último Censo Agropecuário do IBGE (BRASIL, 2018), com referência à 2017 a concentração de terras no Mato Grosso, organizados na tabela 2. Os estabelecimentos acima de 500 hectares somam um total de 14.477 unidades, ocupando 47,4 milhões de hectares.

Quando se analisa as propriedades acima de 10.000 mil ha, tem um total de 868 propriedades, sendo menos de 1% do total de estabelecimentos, que ocupam 19,6 milhões de hectares, o que corresponde quase 37% de toda a área total agricultável (IBGE, 2018).

TABELA 2 – número total de estabelecimentos rurais e total de concentração de terras no estado de Mato Grosso

Tamanho dos estabelecimentos em hectares	dos em	Menos de 1 até 100	De 100 até 500	Acima de 500	TOTAL
nº estabelecimentos	de	81.499 (69%)	22.394 (19%)	14.447 (12%)	118.340
Total em hectares		2.751.366 (5%)	4.634.585 (8%)	47.444.868 (87%)	54.830.819

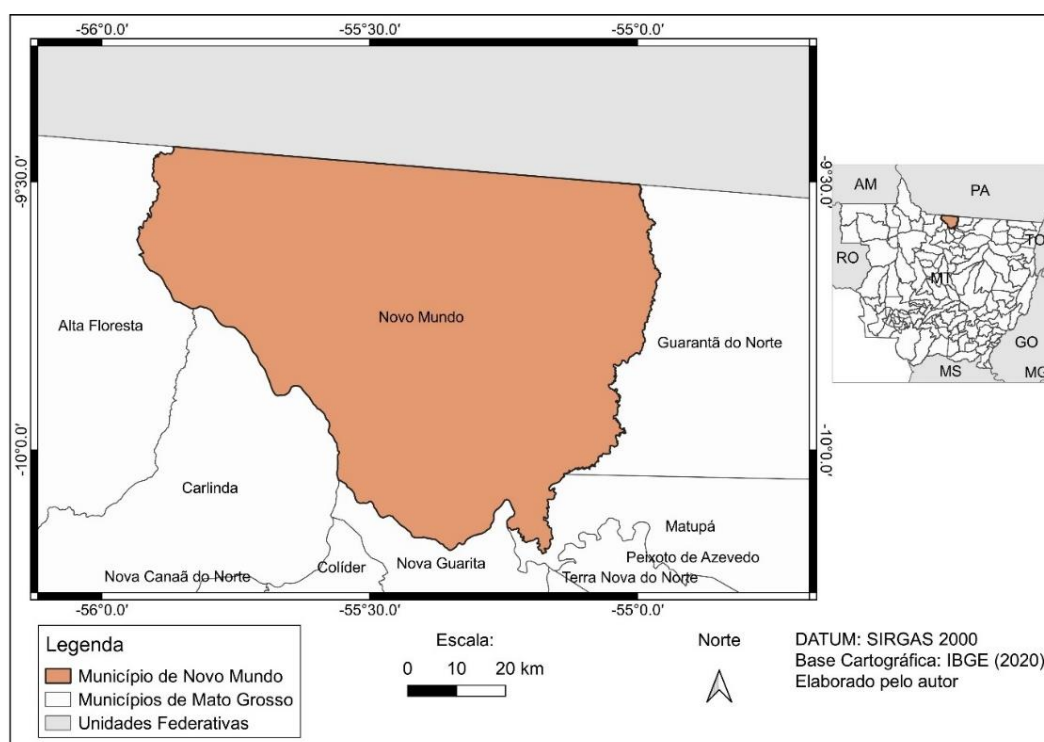
Fonte: IBGE (2018). Organizado pelo autor.

Percebe-se que a concentração fundiária com mais de 500 hectares soma um total de 87% das áreas agricultáveis e apenas 12% do número total de estabelecimentos do estado, enquanto as propriedades que possuem até 100 hectares totalizam quase 70% e ocupam apenas 5% de toda a área.

Não bastasse a concentração de terras, em Mato Grosso “o espaço agrário e agrícola é marcado por latifúndios pecuaristas ou de lavouras temporárias de grãos e cana. A monocultura de alto conteúdo tecnológico incorpora pouca mão de obra. Grande parte da produção é voltada para o mercado externo” (COSANDEY, 2012, p. 4).

O município de Novo Mundo conforme mostra a localização no mapa 2, conta com uma população estimada, para 2021, de 9.500 habitantes, com um território de 8.500,7 km², de acordo com o IBGE (2021), com isso, tem-se uma baixa densidade demográfica estimada em 1,6 hab./km².

MAPA 2 – localização geográfica do município de Novo Mundo-MT



Fonte: IBGE (2021). Elaborado pelo autor.

De acordo com o posicionamento geográfico do município, verifica que o mesmo está ao extremo norte de Mato Grosso, fazendo fronteira com o estado do Pará, sendo assim, uma localidade de predomínio do bioma amazônico.

Os conflitos agrários também estão presentes no município, uma vez que há grandes propriedades ocupadas por fazendeiros que são passivas de Reforma Agrária.

Um caso específico é a Gleba Nhandu com aproximadamente 211,7 mil hectares pertencentes à União, uma área devoluta localizada no município de Novo Mundo, de acordo com as informações do Despacho expedido através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Advocacia Geral da União (AGU), com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (BRASIL, 2008).

No município em questão, devido as grilagens de terras sobre as áreas pertencentes ao Estado, surgem diversos conflitos em contraponto à criação de acampamentos sem-terra que estão à espera de redistribuição de terras.

4.4.1 A atuação da Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma entidade sociorreligiosa criada a partir das representações conflituosas da contradição do avanço dos projetos capitalistas de apropriação da terra. As populações pobres do campo excluídas do avanço tecnológico são colocadas pelos grandes empreendimentos agropecuários como um entrave para o seu desenvolvimento. Com isso, a CPT decide escolher o lado dos mais pobres em luta e defesa de seus direitos.

Joanoni Neto (2007, p. 108) destaca a contribuição de Dom Pedro Casaldáliga, bispo que atuou na região do Araguaia e buscou transformar a igreja católica compromissada com o projeto capitalista para uma igreja apoiada opção preferencial pelos pobres, alicerçada na Teologia da Libertação, a partir de 1970, no qual o compromisso passava a ser com a esperança, a fé e as ações sociais das comunidades.

Segundo o autor “a igreja inverte a orientação [...] passando a mediadora entre a luta pela terra e o desejo de possuí-la” (JOANONI NETO, 2007, p. 108). Essa região de atuação da igreja, seria uma área de 150 mil km² entre os rios Araguaia e Xingu,

com sede no município de São Felix do Araguaia e que nessa abrangência territorial há o predomínio de latifúndios de empreendimentos agropecuários.

Diferentes conflitos surgiram no território do bioma amazônico pelo amplo projeto de ocupação e grilagens de terras, desmatamentos e garimpagens ilegais, tornaram a vida dos povos indígenas e camponeses conflituosas, muitos culminando em assassinatos, sobretudo de lideranças. Parte da igreja buscou atuar em prol dos direitos das comunidades rurais e urbanas (JOANONI NETO, 2007). É importante lembrar que uma ala ainda grande da igreja católica permaneceu conservadora e integradora dos projetos das elites desse país.

A presença da igreja católica no decorrer da década de 1970, da Teologia da Libertação, da opção preferencial pelos pobres, e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), era fundamental para a organização social e superação dos conflitos agrários existentes nas relações entre grandes latifundiários e pequenos posseiros, indígenas ou assentados.

Com a intensificação dos conflitos sobre a Amazônia fomentou a necessidade de criação de uma entidade capaz de atender as necessidades de trabalhos coletivos de organização e resistência das comunidades rurais atingidas pela violência das elites agrárias. Em 1975 a igreja católica, a partir dos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos pelas CEBs, apresentou à sociedade e comunidades, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) como uma organização pastoral que surge para dar auxílio às organizações coletivas do campo (CPT, 2010).

O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB (CPT, 2010, p.1).

Essa entidade pastoral, devido ao seu nível de organização com as comunidades de base, alcançou um patamar à nível nacional, se estendendo aos outros estados, além daqueles que fazem parte do bioma amazônico, para atuar nas diferentes composições das lutas sociais pela terra. A atuação da CPT no Mato Grosso atinge praticamente todo o estado, inclusive os municípios localizados no Território do Portal da Amazônia.

Ela começou a atuar na região a partir do ano de 2003, com objetivo de contribuir em acampamentos e comunidades rurais, além de promover debates para consolidar os movimentos sociais de luta pela terra. “Uma das primeiras lutas ocorreu no Município de Terra Nova do Norte junto a um grupo de posseiros que reivindicavam o direito à terra onde era um garimpo de ouro, conhecido como ‘Pé Quente’, próximo a 10ª Agrovila” (RASNHESKI, 2015, p. 58).

Nesse sentido, com a inserção da organização nos municípios da região, ela vem atuando de acordo com os seus objetivos de contribuir no fortalecimento social das comunidades vulneráveis. Portanto, “a CPT pode ser considerada uma entidade de defesa dos Direitos Humanos. Direito à posse da terra, direito de nela permanecer e trabalhar, direito de acesso à água, direito ao trabalho e este em condições dignas” (CPT, 2010, p.1).

Com o surgimento de diferentes conflitos agrários no extremo norte de Mato Grosso, a CPT visa então “acompanhar mais efetivamente os acampamentos da região e a reivindicar, junto ao INCRA, áreas públicas” (RASNHESKI, 2015, p. 58).

5. METODOLOGIA

O trabalho que se pretende alcançar será realizado em três etapas. A primeira partirá de uma revisão bibliográfica conceitual e estrutural do tema e terá enquanto análise de categoria geográfica o Território, além de sobressair outras categorias como a Região. Na segunda etapa, será uma pesquisa de campo que buscará compreender os fenômenos socioespaciais dos sujeitos do Assentamento Nova Conquista II. A terceira etapa será a sistematização e conclusão dos dados coletados e pesquisados no campo de estudo.

Para a pesquisa bibliográfica as leituras dos conceitos geográficos, como parte dos procedimentos metodológicos, serão fundamentais para a elaboração dessa dissertação. Dessa maneira podemos identificar que “a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que se refere a ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território” (CORRÊA, 2003, p. 16). O conceito de espaço vem sendo analisado e reestruturado ao longo do tempo pelas escolas geográficas que se destacaram em diferentes períodos históricos dessa ciência. O

destaque é a década de 1970, quando emerge a chamada Geografia Crítica, que busca superar as discussões da Geografia Tradicional e Teorético-Quantitativo, buscando, no pensamento científico marxista, as investigações através do método do Materialismo Histórico e Dialético (CORRÊA, 2003).

O método Materialista Histórico e Dialético a partir de estudiosos marxistas se faz necessário para entender as contradições contidas no espaço que está imbricado nas relações sociais. Santos (1996) aborda que esse fundamento geográfico é essencial para entender as questões econômicas e as interdependências sociais que estão estabelecidas no espaço geográfico dominados pelo sistema capitalista hegemônico em escala global.

Nesse sentido, se faz pensar que as formas de pesquisa adotadas por um método precisam estar alçadas com a realidade a partir de um estudo científico de investigação que busca de maneira mais plausível as necessidades das produções acadêmicas. Diante do exposto, Marconi e Lakatos (2003) entendem o método como um:

conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.83).

Junto ao método de investigação que aponta um caminho a percorrer, a metodologia dará suporte à essa pesquisa, no que tange ao planejamento, estudo, comparações e análises para sistematizar e auxiliar as investigações. Pois, a metodologia pode ser compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e que “toda investigação se inicia por um problema, com uma dúvida ou uma pergunta, articuladas à conhecimentos anteriores” (MINAYO, 1994, p 16).

5.1 Levantamentos bibliográficos e documentais

Para essa primeira etapa de levantamento bibliográfico, as abordagens territoriais articuladas ao método em questão buscarão autores que discutem o território como espaço das relações de poder e domínio a partir de usos do espaço.

Porém, a princípio deve-se buscar uma compreensão do que é o espaço dentro da Geografia.

Para o conceito de território Haesbaert (2004, p. 79) afirma que este “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Logo depois de conceituar brevemente o espaço, o conceito territorial se aplicará para a compreensão da dinâmica do modelo de produção dos grandes latifúndios e de empreendimentos agrícolas com recorte espacial do território de planejamento do Portal da Amazônia localizado ao extremo norte de Mato Grosso, assim como os processos de resistências e conflitos para a formação do assentamento rural Nova Conquista II que é o *lócus* da pesquisa.

Este trabalho também abordará uma leitura da discussão do que é Reforma Agrária conforme apresenta a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017), e contará com as ideias de Oliveira (2007) e de Stedile (2020) para estruturar o seu conceito.

Para expor os dados quali-quantitativos, será utilizada tabelas e gráficos ao longo do corpo do texto, expondo resultados com discussões dos dados sobre concentração de terras na região em destaque, no estado e também em nível nacional. Dados dos setores de produção econômica brasileira que definem o processo de desenvolvimento econômico-social, além de diagnosticar os valores do Produto Interno Bruto (PIB).

A delimitação da área de estudo é de predomínio do bioma amazônico, especificamente os municípios do território de planejamento do Portal da Amazônia, com 16 municípios que tem suas características econômicas e sociais semelhantes, como afirma BRASIL (2005). Desta maneira, buscará autores para referenciar a realidade socioeconômica, de seu processo de colonização e de sua estrutura fundiária e, junto a isso, se fará uma introdução do acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na localidade.

Para o estudo de caso, serão necessárias a leitura de documentos que estabelecem a trajetória do assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo-MT

como o plano de ocupação do INCRA, os processos judiciais que tramitaram na Justiça Federal de Sinop sobre a desocupação da área para fins de Reforma Agrária.

Serão analisados documentos públicos da Advocacia Geral da União e da própria Comissão Pastoral da Terra que acompanha a realidade socioeconômica das famílias assentadas, relatórios e ofícios protocolados sobre os índices de violências no campo e de conflitos ocasionados contra latifundiários no local, conforme consta em registros dos cadernos de Conflitos do Campo no Brasil da CPT.

5.2 Trabalho de campo e sistematização dos dados

Na segunda etapa, será desenvolvida a pesquisa de campo no Assentamento Nova Conquista II, no município de Novo Mundo e com os agentes da Comissão Pastoral da Terra.

Para alcançar os objetivos qualitativos, Neto (1994) afirma que o estudo de campo deve ser adicionado como um procedimento fundamental de investigação, onde busca ao pesquisador, o contato com o objeto a ser estudado.

Esse estudo de campo possibilitará a formação de uma documentação direta, onde de acordo com Marconi e Lakatos (2003) trata-se de levantamentos e leitura de fenômenos coletados a partir da investigação empírica no local da pesquisa, mantendo uma interação entre pesquisador e o sujeito de pesquisa.

Para compreender os fenômenos no local, a metodologia da Observação Direta será importante, já que essa técnica possibilita a coleta de dados dos fenômenos a ser observado e alcançar os objetivos através de um planejamento e sistematização da realidade com a participação do pesquisador (Marconi e Lakatos, 2003).

Para melhor esclarecer a investigação, sobretudo da consolidação do assentamento Nova Conquista II e da participação da Comissão Pastoral da Terra, fará o uso de questionários “constituído por uma série ordenada de perguntas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201).

A pesquisa de campo se dará em contato com dois públicos, sendo uma voltada para a aplicação de questionário com respostas escritas com a comunidade

assentada e um roteiro de entrevista aberta com dois agentes da Comissão Pastoral da Terra que conhecem e atuaram nos trabalhos desenvolvidos no assentamento.

Para o estudo de caso das famílias assentadas, serão entrevistadas 48 pessoas, sendo apenas uma pessoa por propriedade, com aplicação de um questionário com respostas fechadas, que permitirá ser mais direto as informações para as amostragens.

Com isso, 50% das propriedades do assentamento serão entrevistadas, ou seja, 48 entrevistas. A escolha para aplicação do questionário será de maneira aleatória, no entanto, com garantia de que todas as localidades do assentamento estejam representadas, com objetivo melhor compreensão e maior heterogeneidade dos dados.

Ao total serão vinte e seis (26) questões para serem aplicadas para as famílias assentadas. Os detalhes das questões se encontram em anexo ao Apêndice 01 desse projeto. O questionário será semiestruturado com questões previamente definidas para melhor direcionamento e alcançar os objetivos do trabalho.

Em sequência serão realizadas entrevistas com autorização de gravação de áudio das falas com os dois agentes pastorais da CPT e terá um roteiro de questões abertas, uma vez que esse modelo de entrevista possibilita a “liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197).

O roteiro orientativo está explícito no Apêndice 02 e será um diálogo para coletar dados referentes à organização da entidade com relação às atividades de apoio, bem como as formas de assessoria ao grupo assentado e também quando ainda estavam na condição de acampados.

Todos os registros oriundos dos questionários e das entrevistas serão tabulados e apresentados por agrupamento de dados e médias em tabelas ou gráficos, assim como descrever no corpo do texto que resultarão na leitura socioeconômica do assentamento e seu nível de organização atual.

Essa ferramenta permitirá contribuir com a investigação da realidade social e econômica das famílias, além de constatar os diferentes processos de violência que o grupo vivenciou até consolidar o assentamento rural.

Para a elaboração das tabelas e gráficos se utilizará dos registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para representar as concentrações de terra. Dados econômicos e dos Censos Agropecuários do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) serão usados para exprimir os resultados de dados econômicos do Brasil, assim como os dados complementares de *sites* governamentais como o Ministério da Agricultura. Os dados dos conflitos no campo, serão expostos pelos registros anuais dos Cadernos de Conflitos do Campo no Brasil da CPT.

Ainda na construção do trabalho, serão elaborados mapas para compreender a dimensão espacial dos fenômenos, sendo um sistema de dois mapas de comparação histórica da concentração de terras dos estabelecimentos rurais nos estados do Brasil, referente aos Censos Agropecuários do IBGE.

Além disso, será construído um mapa das unidades federativas do Brasil com a distribuição espacial e concentração dos conflitos agrários de 2020 e anos anteriores, referente aos dados disponíveis do Caderno de Conflitos do Campo da CPT. Os dados cartográficos serão feitos a partir do programa QGIS 3.16, com mapas quantitativos proporcionais aos números representados.

Logo após, com uso do mesmo programa, será elaborado um mapa com referências da localização geográfica do município de Novo Mundo, assim como, através da figura cartográfica, a ilustração da localização geográfica do assentamento Nova Conquista II, com uso de imagens do *Google Earth*. Também utilizará de imagens fotográficas das atividades produtivas e organizativas do assentamento.

6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ANO	2021												2022											
Mês/atividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Disciplinas obrigatórias		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X												
Disciplinas eletivas		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X					
Elaboração do projeto de pesquisa										X	X	X												
Pesquisa bibliográfica			X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X									
Pesquisa de campo									X	X	X	X	X	X										
Aplicação de questionário com a comunidade										X	X	X	X											
Entrevista com agentes pastorais											X	X												
Sistematização dos questionários e entrevistas													X	X										
Elaboração de mapas gráficos											X	X	X	X	X									
Estruturação da Dissertação												X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Exame de qualificação da dissertação																				X				
Correção da dissertação pós qualificação																						X	X	
Participação de eventos e submissão de trabalhos					X				X	X						X	X	X			X	X	X	

ANO	2023											
Mês/atividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Entrega da versão da dissertação para a defesa	X											
Defesa da dissertação		X										
Correção final da dissertação		X	X									
Entrega da versão final			X									

7. RESULTADOS ESPERADOS

A presente pesquisa terá como produto final uma dissertação que possibilitará analisar e fazer uma leitura do município de Novo Mundo-MT como um território que vem sofrendo transformações por conta do avanço da agropecuária sobre a Amazônia e que faz parte de um arco de desmatamento com a inserção do capital internacional do agronegócio e da mineração.

Um dos resultados, buscará descrever a dinâmica econômica e social do município, já que o mesmo está passando por mudanças devido a chegada de empresas transnacionais para produção de soja, e também da extração mineral que está fortemente centrada nos leitos de seus rios.

Outro importante resultado que se espera da leitura dos processos territoriais (territorialização-desterritorialização) será a compreensão da construção social e de consciência de classe de grupos assentados, posseiros e acampados no campo, a partir dos sujeitos a serem estudados no assentamento.

O trabalho terá como produto, uma sistematização tanto teórica, quanto de análise espacial de conflitos e concentrações fundiárias, sendo uma realidade do Brasil e do estado de Mato Grosso. Possibilitará apresentar os processos de construção e consolidação do assentamento Nova Conquista II no município de Novo Mundo, inserido em uma região conflituosa pela presença de grandes latifúndios em áreas devolutas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1985.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação do Campo, movimentos sociais e a luta pela democratização da Educação Superior: os desafios da universidade pública no Brasil. In: SILVA, Adrián Acosta; et al. **Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 147-212. Disponível em:

www.researchgate.net/publication/299442828_Educacao_do_Campo_movimentos_sociais_e_a_luta_pela_democratizacao_da_educacao_superior_os_desafios_da_universidade_publica_no_Brasil. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Solução dos problemas fundiários pode gerar impulso econômico e ordenamento social no campo**. Brasília: Agência Senado Federal, 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 1/92 a 95/2006 e Decreto n. 186/2008. Biênio 2017/2018. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Superintendência Regional de Mato Grosso. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos Agrários. **Despacho nº 135/2008/CCA/MT**. Ouvidor Agrário Regional para Advocacia Geral da União – AGU. Ajuizamento de ações de incorporação de terras públicas da União Federal por força de ação administrativa da Gleba Nhandu em Novo Mundo/MT sob Matrícula nº 2.168 – livro 2 – fls. 1. Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Estudo propositivo: Território do Portal da Amazônia**. Brasília: Fundação Cândido Rondon, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária da Constituição Federal de 1988. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso: 20 nov. 2021.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

COSANDEY, José Victor Jubiloni. A violência como face perversa do agronegócio em Mato Grosso. *In*: Encontro Nacional de Geografia Agrária. 21, 2012, Minas Gerais. **Anais [...]**. Uberlândia – Universidade Federal de Uberlândia: Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1144_1.pdf. Acesso: 20 out. 2021.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil, 2020. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **Sobre nós - histórico**. Goiânia: Publicado em: 05 fev. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso: 25 nov. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ed. São Paulo: Globo, 2006.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da Reforma Agrária de mercado (1998-2006) *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Panorama dos dados do município de Novo Mundo, Mato Grosso. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/novo-mundo/panorama>. Acesso: 20 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. (Resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. (Segunda apuração). Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**: ocupação do norte do Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

JOSÉ MOREIRA, Roberto. **Terra, Poder e Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, Naidés Araújo. estrutura agrária brasileira: resistência e enfrentamento do movimento dos trabalhadores sem terra (MST). *In*: Encontro Nacional de Pesquisadoras/Es em Serviço Social. **Anais [...]**. Vitória/ES: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, 2018. v. 16. n. 1. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22249>. Acesso: 10 out. 2021.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla/1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca básica de Serviço Social) v. 1.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Trad. de Maria Cecília França.

RASNHESKI, Fernando. **Luta pela terra e a configuração da educação escolar: leitura de concepções a partir do Assentamento Raimundo Vieira, em Nova Guarita – Mato Grosso**, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso: UNEMAT, 2015.

SANTANA, Iara Vanessa Fraga. Agronegócio *versus* agricultura familiar camponesa: tendências das políticas sociais contemporâneas. *In: Seminário Cetros: Crise e Mundo do Trabalho no Brasil. 4, 2018. Anais [...] Fortaleza/CE: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará*, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51403-18072018-132448.pdf. Acesso: 10 out. 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Milton; SOUZA, Marial A. Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Edison Antônio. **O poder da fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**, 2008. Dissertação (Tese Doutorado do Departamento de História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v. 1.

APÊNDICE 1

Questionário para ser aplicado com **famílias assentadas** do assentamento Nova Conquista II – Novo Mundo.

Questionário nº ____

1. Primeiro nome e último nome: _____

2. Sexo: () M () F 3. Idade: _____

4. Quantidade de pessoas na família: _____

5. Naturalidade (estado): _____

6. Porcentagem do que é produzido para consumo próprio. () 25 () 50 () 75 () 100 () nada.

7. Principal fonte de renda na propriedade: _____

8. Tem outra fonte de renda? () Sim () Não. Qual? _____

9. Participa de algum grupo coletivo? () Sim () Não. Qual? _____

10. Qual a renda mensal familiar atualmente? _____ R\$

11. Por quanto tempo já ficou acampado? _____

12. Em que trabalhava quando estava acampado? _____

13. Qual era o valor da fonte de renda no acampamento? _____ R\$

14. Já participou de manifestações políticas para acelerar a criação do Assentamento?

() Sim () Não. Quantas? _____.

15. Quais tipos de manifestações participou? _____

16. Participa de algum projeto dentro do assentamento? () sim () não.

De qual instituição? _____

17. Já participou de alguma formação feita pela CPT? () várias () algumas () não

18. Essas formações tiveram contribuições na formação do assentamento? () sim () não.

19. Acha importante a permanência da CPT no assentamento? () sim () não.

20. Participa de formações e oficinas para melhorar as condições sociais e produtivas do assentamento? () Sim () Não. Quais? _____

21. você acha importante os trabalhos coletivos para o assentamento? () sim () não.

22. O que necessita melhorar para dar mais qualidade ao Assentamento?

23. Já sofreu ou presenciou alguma ameaça de algum companheiro enquanto estavam na luta pela terra? () Sim () Não. Que tipo de ameaça? () trabalhista () por terra () mineração () por água () outro.

24. Conseguiu acessar benefício de crédito? () privado () público. Quantas vezes?_____.

25. Participa de algum programa governamental (PAA, PNAE)? () sim () não.

Participa da feira de comercialização dos produtos? () sim () não

26. Qual a sua avaliação sobre a presença do poder público municipal, estadual ou federal para a melhoria das condições na comunidade? () ótimo () regular () ruim.

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevista para ser aplicado com **agente pastoral ou voluntário** da CPT:

Primeiro e último nome do entrevistado: _____

1. O que é luta pela terra e luta na terra? (exemplos da região).
2. Qual a sua análise que dificulta a aplicação da Reforma Agrária com desenvolvimento da agricultura capitalista (latifúndios, empresas, bancos)?
3. Descreva um pouco do processo histórico e inserção da CPT na região (motivos, quando se iniciou, quantidade de grupos que trabalhou, principais municípios de atuação).
3. Quais foram as principais ações da CPT na região localizada ao norte de MT?
4. Descreva a história de formação e luta do Acampamento que originou o Assentamento de Nova Conquista II em Novo Mundo.
5. Como a CPT trabalhou no acampamento para contribuir com a organização social e a consolidação do assentamento?
6. Descreva os métodos que a CPT utilizou para contribuir na formação do Assentamento.
7. Quais foram os principais desafios da CPT na região? (violência, latifúndios, terras públicas, poder público).
8. Quais foram os assentamentos que a CPT contribuiu para se formar?

Anotações extras: